

## A IMPORTANCIA DA UTILIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Dayane Silva Fontoura<sup>1</sup>

Débora de Souza Jorge<sup>2</sup>

Sibele Serra de oliveira<sup>3</sup>

Sebastião Francisco Loss Franzine

### RESUMO

Este estudo verificou a importância da utilização dos Princípios de Contabilidade na elaboração das demonstrações, além de expor a importância dos princípios e analisar o conhecimento dos usuários em relação aos mesmos. Verificaram-se as ações tomadas pelos profissionais de contabilidade no exercício de sua profissão, sendo esses escritórios situados nos municípios de Serra e Vitória - Espírito Santo, essas informações foram obtidas através da resolução de um questionário específico abordando o assunto. Destacando a importância do assunto no dia a dia desses profissionais. Além disso, o trabalho em questão expõe as demonstrações contábeis juntamente com os princípios para que essa análise quanto à importância possa ser feita de forma conjunta. Para finalizar procurou-se conhecer o dia a dia, as dificuldades e o nível de conhecimento dos profissionais em relação aos princípios.

**Palavras chaves:** Princípios de Contabilidade, Contabilidade, Demonstrações Contábeis.

### 1. INTRODUÇÃO

Segundo Iudícibus e Marion (2002), os Princípios de Contabilidade são os Conceitos básicos que constituem o núcleo essencial que deve guiar a profissão na consecução dos objetivos da contabilidade, que, como vimos, consistem em apresentar informação estruturada para os usuários.

---

<sup>1</sup> Graduando/a em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba da Serra – Multivix

<sup>2</sup> Graduando/a em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba da Serra – Multivix

<sup>3</sup> Graduando/a em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba da Serra – Multivix

<sup>4</sup> Mestre em Controladoria e Finanças - Multivix

E, ainda para Lopes de Sá (2000), os denominados Princípios de Contabilidade são macro regras para a política informativa patrimonial das aziendas ou entidades, baseadas em doutrinas e teorias científicas, tendo por objetivos básicos uniformizar a terminologia, aproximar a imagem fiel do patrimônio e guiar as normas gerais reguladoras dos sistemas informativos.

De acordo com a resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) N°750/93, os princípios da contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativa à ciência da contabilidade, consoante no entendimento predominante nos universos científicos e profissionais do nosso país. Concedem, pois a contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objetivo é o patrimônio das entidades. Ainda segundo o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 750/93 para que o profissional tenha eficácia no desenvolvimento de suas atividades, tanto avaliação, registro e mensuração dos fatos contábeis, são de fundamental importância o conhecimento do conceito dos princípios da contabilidade.

Golveia (1993) diz que os princípios contábeis representam as regras e normas através das quais conceitos fundamentais de contabilidade são traduzidos de maneira mais específica e objetiva. Assim sendo os princípios servem como normas de aplicação da ciência contábil e caso não existissem seria possível e provável que cada entidade adotasse normas praticas e procedimentos de acordo com sua necessidade.

As demonstrações contábeis fornecem informações sobre a posição financeira da empresa, daí surge à importância da utilização dos princípios de contabilidade na elaboração dessas demonstrações.

De acordo com Lemes (2010) as demonstrações devem ser preparadas com base na continuidade da entidade a menos que se tenha a intenção de liquidar a mesma. Quando a entidade não prepara as suas demonstrações com base nesse princípio deve-se divulgar com base em que essas demonstrações foram elaboradas e porque o principio da continuidade não foi considerado.

O IBRACON diz que as demonstrações contábeis devem ser preparadas de acordo com as práticas contábeis e condizente com os Princípios da Contabilidade.

De acordo com Alcantara (2012) as reflexões de HENDRIKSEN BREDA deixam claro que, independente da forma e metodologia como a contabilidade venha a registrar os

fatos e a forma como eles serão demonstrados ou disponibilizados, uma coisa não se alterará, ou seja, o atendimento do objeto final que é prover seus usuários de informação, que continuarão sendo objeto de análise.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 CONTEXTUALIZANDO PRINCÍPIOS CONTÁBEIS**

Uma das ciências mais antigas que se conhece é a ciência contábil, e, segundo o historiador Aristóteles, há mais de 2.000 anos, já refletia acerca de uma ciência que controlaria a riqueza (CREPALDI, 2003).

A contabilidade é tão remota quanto o homem que pensa, ou, melhor dizendo, que conta. A necessidade de acompanhar a evolução dos patrimônios foi o grande motivo para seu desenvolvimento (IUDÍCIBUS, 2009).

Ao contrário do que muitos pensam a contabilidade não é uma ciência exata e sim definida como uma ciência social, pois ela envolve um conjunto de pessoas. É uma ciência que cuida da saúde financeira da empresa, registrando os fatos e as alterações que ocorrem no patrimônio.

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (1986), a contabilidade é uma ciência nitidamente social quanto a suas finalidades, pois, em última análise, por meio de suas avaliações do progresso das entidades, propicia melhor conhecimento das configurações financeiras e de rentabilidade, e, indiretamente, auxilia os acionistas, os tomadores de decisões, os investidores a aumentar a riqueza da entidade. A contabilidade, além de gerar informações, permite explicar os fenômenos patrimoniais, construir modelos de prosperidade, efetuar análises, controlar e também serve para prever e projetar exercícios seguintes, entre tantas outras funções (OLIVEIRA, MÜLLER e NAKAMURA, 2000).

Para Marion (1988), a contabilidade representa um instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou comunicados, que contribuem sobremaneira para tomada de decisões.

Basso (2011) diz que os usuários de contabilidade podem ser tanto pessoas físicas como jurídicas que estão ligados direto ou indiretamente ao interesse da entidade, ou

seja, os administradores, diretores e executivos; sócios e acionistas da entidade; banco, financiadores e investidores; fornecedores; governos federal, estaduais e municipais.

## **2.2 PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE**

O objetivo da contabilidade é prover informações úteis para os vários usuários da contabilidade. Para Ludícibus (2004) o ponto de partida para o entendimento e estudo da teoria que envolve uma ciência social é justamente o estabelecimento dos seus objetivos. A busca por princípios contábeis surgiu da necessidade de alcançar esse objetivo de forma satisfatória, visando ao atendimento das diferentes demandas de informações.

Segundo Marion (1982) os princípios surgiram através da necessidade de se padronizar a forma pela qual se prepara e interpreta os relatórios contábeis, pois se cada contador adotasse critérios próprios para se elaborar os relatórios contábeis, os usuários da contabilidade não teriam condições de fazer uma interpretação correta das informações geradas.

Em 1981, o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) órgão que dita às normas contábeis no Brasil, decidiu rever os então chamados princípios de contabilidade geralmente aceitos. Publicando Resolução nº 530/81, instituindo os princípios fundamentais de contabilidade. Em 29 de Dezembro de 1993, o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) através da Resolução 750/93, devidas as grandes mudanças que ocorreram nos últimos anos na área de Ciências Contábeis, atualiza seus Princípios da Contabilidade, reduzindo-os de dezesseis a sete.

Após a reformulação da contabilidade societária em decorrência da vigência das leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, estão organizados em seis, chamados de princípios de contabilidade, revogado, o princípio da atualização monetária pela resolução nº 1.282/10.

Eles devem ser obrigatoriamente observados no exercício da profissão contábil, para registro dos fatos contábeis e elaboração das demonstrações contábeis, prevalecendo à essência sobre a forma, com o objetivo de tornar as informações uniformes, confiáveis e úteis para os seus usuários.

Segunda Iudicibus (2009) o princípio da entidade diz que a contabilidade é feita e mantida para as entidades tendo a pessoa física ou jurídica distinta dos sócios. Sendo assim jamais poderá se confundir o patrimônio do sócio com o da entidade. Quando uma empresa paga uma despesa, esse dinheiro está saindo do caixa da mesma e não diretamente do patrimônio da pessoa física.

Para se alcançar o entendimento deste princípio é fundamental que se faça clara separação entre o patrimônio pertencente à empresa e aquele pertencente aos seus proprietários.

Conforme mencionado no artigo 4º da Resolução 750/93 o princípio da entidade identifica o patrimônio como um objeto da contabilidade e consolida a autonomia patrimonial, a necessidade de existir a separação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existente independente se ele pertence a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.

De acordo com o parágrafo único da Resolução 750/93 artigo 4º o patrimônio pertence à Entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas em uma unidade de natureza econômica contábil.

O princípio da entidade é básico, porém não menos importante que os demais, pois ele demonstra a importância de não confundir o patrimônio de uma entidade com o de outra.

Para Iudicibus (2004), Entidade é um postulado o qual considera que as transações econômicas são levadas a termo por entidades e a Contabilidade é mantida como distinta das entidades dos sócios que a compõem.

De acordo com Reis (2004), o fundamento deste princípio baseia-se na ideia de que, para a Contabilidade, as entidades jurídicas, tem vida ilimitada, até que fato qualquer venha provocar a sua descontinuidade. O princípio da continuidade reconhece que a entidade existirá infinitamente, onde, este princípio deixará de existir se cessarem total ou parcial as atividades da entidade.

Conforme descrito no artigo 5º da Resolução 750/93 o princípio da continuidade entende que a entidade existente continuara em operação no futuro por tempo

indeterminado, portanto essas circunstâncias são levadas em conta na mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio da empresa.

A menos que haja algum motivo contrario, a contabilidade supõe que entidade continuará a operar por um período indefinidamente longo no futuro.

Iudícibus (2009) diz que o princípio da oportunidade determina que os registros contábeis sejam feitos no momento em que ocorrem, imediatamente e de forma integral, além disso, tem o objetivo de completar o princípio da competência, uma vez que qualquer receita ou despesa refletem nas contas patrimoniais e por consequência no patrimônio líquido.

Um exemplo é o registro da depreciação, onde o tempo de vida útil de um bem é baseado numa hipótese mais ou menos fundamentada tecnicamente e dependente de diversos fatores aleatórios. Apesar disso, a depreciação deve ser registrada no momento em que há a perda de valor do bem.

Segundo o artigo 6º da Resolução 750/93 do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) o princípio da oportunidade refere-se à tempestividade do registro do patrimônio e suas mutações, ou seja, registrar o fato no momento em que ele ocorreu devendo apresentar de forma íntegra, qualquer que sejam as causas que os originaram.

Seguindo o princípio do registro pelo valor original os fatos são registrados de acordo com o valor original do bem, mas para que isso ocorra é necessário que o responsável por esses registros tenha em suas mãos documentos idôneos e também devem ser registrados de acordo com a moeda corrente do país. Uma vez que o valor foi registrado no Patrimônio da Entidade o bem não poderá ter seu valor alterado (IUDÍCIBUS, 2009).

Conforme o artigo 7º da Resolução 750/93 do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos em moeda corrente no país.

SÁ (2000) fala que o princípio da competência determina que as despesas e receitas devam ser contabilizadas no momento da sua ocorrência, independente do recebimento ou pagamento.

O princípio da competência descrito na resolução 750/93 do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) no artigo 9º estabelece que as receitas e despesas devam estar em correlação uma com a outra, sendo reconhecida no período a que se foi referida independente do seu recebimento ou pagamento.

Sendo assim esse princípio determina que as alterações no ativo ou no passivo provocam um aumento ou diminuição do patrimônio líquido.

Por exemplo, através desse princípio, a folha de pagamento dos operários relativa ao mês de dezembro, suponhamos, será considerada como despesa de dezembro, mesmo que na prática o pagamento só seja efetuado nos primeiros dias de janeiro. O fato gerador da despesa é o serviço prestado pelos operários, e não a pagamento do salário.

Para Marion (1985) o princípio da prudência na contabilidade, como medida de prudência, sempre será evidenciada uma situação pessimista, evitando transtornos não previstos referindo-se, claro, a dois montantes diferentes, mas igualmente válidos. O princípio da prudência especifica que entre duas alternativas igualmente válidas, seja adotado o menor valor para os bens e direitos e o maior valor para as obrigações e exigibilidades, portanto, a que apresentará um menor Patrimônio Líquido.

O princípio da prudência de acordo com o artigo 10º da Resolução 750/93 do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para o passivo sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

O princípio da prudência de acordo com Ludícibus (2009) presume a precaução no exercício dos julgamentos necessários para certas condições de incerteza no sentido que o ativo e receitas não sejam superestimados e que o passivo e despesas não sejam estimados. Estabelecendo assim maior confiabilidade ao processo de mensuração dos componentes patrimoniais.

Este princípio só pode ser aplicado em fatos posteriores, constituindo observância do princípio da Competência. Sua maior ênfase se dá quando da elaboração de estimativas que tenha incerteza de grau variável.

## **2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Brigham, Gapenski e Ehrhardt (2001), diz que as demonstrações contábeis nos mostram a posição de uma empresa num determinado lugar no tempo (balanço patrimonial), assim como o resultado de suas operações ao longo de um período passado.

De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as demonstrações contábeis são representações monetárias estruturadas sobre uma posição patrimonial e financeira em uma data determinada no período das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. Seu objetivo é fornecer informações patrimoniais e financeiras o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados. Para atingir esse objetivo, as demonstrações contábeis fornecem informações sobre os seguintes aspectos de uma entidade:

- ✓ Ativos;
- ✓ Passivos;
- ✓ Patrimônio líquido;
- ✓ Receitas, despesas, ganhos e perdas;
- ✓ Fluxo financeiro (fluxos de caixa ou das origens e aplicações de recursos).

As demonstrações contábeis devem ser preparadas de acordo com as práticas. Um conjunto completo de demonstrações contábeis inclui os seguintes componentes:

- ✓ Balanço patrimonial;
- ✓ Demonstração do resultado;
- ✓ Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- ✓ Demonstração dos fluxos de caixa;
- ✓ Demonstração do valor adicionado, se divulgada pela entidade; e
- ✓ Notas explicativas.

### **2.3.1 BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balanço Patrimônio é feito por três peças básicas: o Ativo, que compreende os bens e direitos; o Passivo, que compreende as exigibilidades e obrigações; e o Patrimônio



Líquido, que representa a diferença entre o Ativo e o Passivo, ou seja, o valor líquido da empresa.

Gitman (2004) conceitua que o balanço patrimonial apresenta uma descrição sintética da posição financeira da empresa por períodos, ele é interpretado como a principal demonstração, tendo em vista que ele representa a situação patrimonial da empresa num determinado momento.

O balanço Patrimonial seguindo a Lei n 6.404/76 (Lei das Sociedades por ações), diz que deve representar de forma quantitativa e qualitativa a posição financeira e patrimonial da empresa, isto é, seus bens, diretos, e obrigações em determinado momento.

Segundo Assaf Neto (2006) o balanço é constituído por três partes principais: ativo, passivo, e patrimônio líquido e cada uma dessas partes tem suas contas classificadas em grupos dispostos por ordem decrescente de liquidez para o ativo e decrescente exigibilidade para o passivo.

De acordo com Toledo (2010) o balanço é uma das principais demonstrações contábeis, é através dela que será possível apurar a situação patrimonial e financeira da empresa. Obtêm dados do ativo, passivo, e patrimônio líquido, analisando suas variações durante um determinado período. O principal ponto no balanço está na possibilidade que ele dar a empresa de ver as aplicações e recursos.

### **2.3.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

A DRE (demonstração do resultado do exercício) deve ser elaborada junto do balanço patrimonial, é através dele que serão elaborados relatórios sucintos de operações realizadas pelas entidades durante um determinado período, neles estão descritos o resultado líquido do período, lucro ou prejuízo. Atingindo assim a finalidade de demonstrar a situação patrimonial e financeira da empresa. Além de que através desses relatórios que os administradores das entidades obtêm informações para que sejam tomadas as decisões (TOLEDO, 2010).

Segundo Gitman (2004) a demonstração do resultado do exercício fornece resultados operacionais da empresa durante certo período, geralmente no final do exercício.

Fipecafi (2000) diz que a demonstração do resultado do exercício é uma apresentação simplificada das operações da empresa, de forma a destacar o resultado líquido do período.

### **2.3.3 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO**

Fipecafi (2000) diz que está demonstração não é obrigatória perante a Lei 6.404/76. Porém sua publicação é exigida pela Instrução no Conselho de Valores Mobiliários (CVM), quando se relacionar a Sociedades Anônimas de capital aberto.

A DMPL (Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido) demonstra como são feitas e utilizadas todas as contas do Patrimônio Líquido, gerando assim uma melhor compreensão dessas contas.

Para Toledo (2010) a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido vem por sua vez informar resumidamente toda a informação ocorrida com as contas que compõem o patrimônio líquido da empresa, sempre com base no saldo inicial do exercício anterior até o saldo final do exercício.

### **2.3.4 DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA**

De acordo com José Hernandez e Begalli (2009) a Demonstração do Fluxo de Caixa é de grande utilidade para diversos fins, devido sua simplicidade e abrangência nas atividades financeiras no dia a dia de uma entidade. Sua obrigatoriedade está exigida na Lei 6.404/76 que deve se entendida como a movimentação das contas que representam disponibilidade imediata, como, banco, caixa e aplicações que também se tornam utilizável na conta banco.

Segundo Martins (2013) *et.al.* o objetivo principal das demonstrações do fluxo de caixa é gerar informações úteis sobre os pagamento e recebimentos em dinheiro durante o exercício da empresa.

A Lei 6.404/76 Art. 176 diz que a empresa deverá demonstrar as alterações ocorridas em seu saldo de caixa durante o exercício, separando-as em três atividades: Operacionais, Financeiras e Investimentos.

Para Marion (2002) fazer essa separação de atividade proporciona aos usuários informações para avaliar a posição financeira da empresa e o montante de caixa e equivalente de caixa.

### **2.3.5 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Para Toledo (2010) A Demonstração do valor adicionado visa identificar a capacidade de geração de riqueza da entidade e de qual forma será feita a distribuição dessa riqueza sendo a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) a base de informação principal para fazer a elaboração da DVA (Demonstração do Valor Adicionado). Na elaboração da demonstração do valor adicionado pode se obter as seguintes informações: contribuição na formação do produto interno bruto (PIB); O nível de contribuição para a riqueza regional ou setorial; Verificar a contribuição a sociedade em geral através de pagamento de imposto ao governo; Medir o nível de participação da mão de obra na geração de riqueza.

A DVA (Demonstração do Valor Adicional) divide-se em duas partes. A primeira e a produção da riqueza desenvolvida pela entidade e a segunda e a distribuição dessa riqueza

De acordo com Ferreira (2014) a Demonstração do valor adicionado (DVA) busca evidenciar a riqueza econômica produzida pela entidade em determinado exercício. Ela expõe o valor adicionado pela empresa, à forma de distribuição da riqueza gerada, entre os funcionários, acionistas, financiadores de capital, governo, comunidade e a parcela retida na empresa para reinvestimento.

### **2.3.6 NOTAS EXPLICATIVAS**

Segundo Martins (2013) as notas explicativas são informações complementares as demonstrações contábeis, podem ser expressas de forma descritiva e também por quadros analíticos e podem ser usados para descrever práticas contábeis e explicações adicionais sobre determinados contas ou operações.

### **3. METODOLOGIA**

Essa pesquisa foi classificada inicialmente como pesquisa bibliográfica, pois a mesma foi realizada através de livros, dissertações e artigos já publicados sobre o assunto.

De acordo com Silva (2003) para se definir a metodologia que será utilizada na pesquisa, fazem-se necessários alguns questionamentos. Através dessas informações é que será possível traçar os objetivos e a finalidade do projeto. A escolha da metodologia oscila de acordo com os objetivos traçados da pesquisa e o problema a ser investigado.

Essa pesquisa foi dividida em duas fases, a primeira tem características bibliográficas. Para Vergara (2009) a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.

Sendo assim o primeiro passo dessa pesquisa foi um estudo feito de um apanhado geral acerca dos Princípios da Contabilidade, analisando desde a sua criação, métodos de formulação, expondo o conceito dos princípios como um todo e separadamente além de destacar a importância da utilização dos mesmos nas Demonstrações Contábeis.

Essa primeira parte teve o objetivo de identificar, reconhecer, listar e demonstrar os Princípios da Contabilidade.

A segunda fase dessa pesquisa apresenta um questionário que segundo Gil (2002), envolve a interrogação direta de pessoas cujo comportamento se deseja conhecerem a cerca do problema estudado, em seguida mediante análise quantitativa, chegar a conclusões correspondentes aos dados coletados.

Foi realizado um estudo em dois escritórios de contabilidade, um situado no Município de Serra e outro em Vitória, onde foi feita uma seleção de 6 contadores em cada um dos respectivos escritórios de contabilidade para que fosse feito um levantamento de dados através de um questionário.

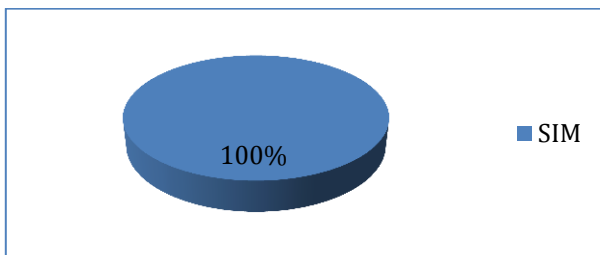
O questionário foi aplicado a 12 contadores que tem emprego fixo em escritório no Município de Serra e Vitória, a escolha dos entrevistados foi aleatória. Os questionários foram enviados por e-mail para os respectivos entrevistados e enviado novamente

respondido e foram elaboradas as perguntas entre os meses de Maio, Junho e Julho de 2014.

#### 4. RESULTADOS E CONCLUSÃO

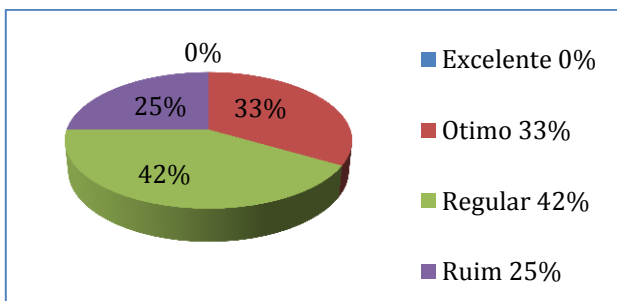
Nesse tópico foi feito um questionário onde através dele foi possível construir uma estrutura enriquecida de dados.

Você conhece os Princípios de Contabilidade?



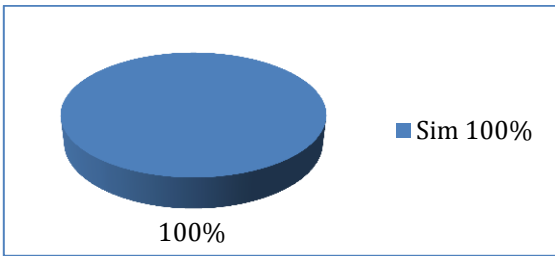
Todos os entrevistados responderam que sim, demonstrando a importância dos princípios na contabilidade.

Como é a atuação fiscal do Conselho Regional de Contabilidade relacionada aos princípios Contábeis?



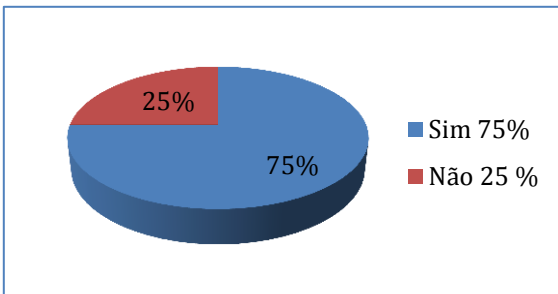
Nesse quesito, o índice ficou em regular, mostrando que nem sempre o CRC atua de forma decisiva na divulgação das vigas-mestre.

As Demonstrações Contábeis no seu local de trabalho são realizadas de acordo com os princípios?



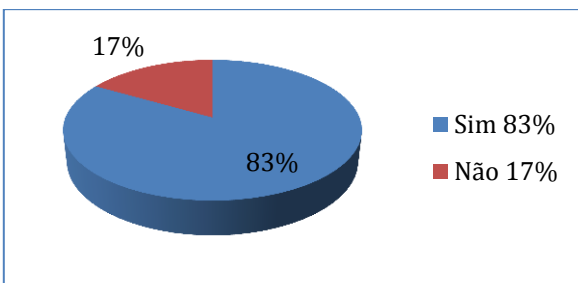
Houve nesse quesito uma unanimidade pelo sim, comprovando que as demonstrações são feitas de acordo com os princípios contábeis, como determina a resolução 750/93.

Nessa Organização ocorre a aplicação do princípio da Entidade?



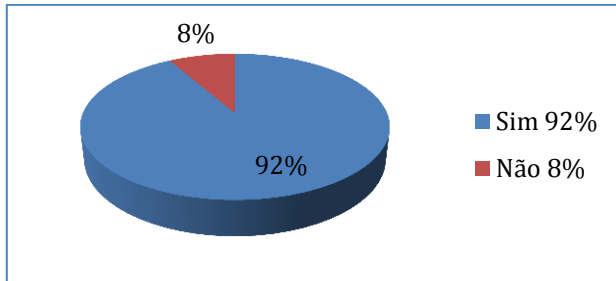
A maioria dos entrevistados respondeu que sim, mostrando que nesses escritórios os bens dos sócios não se confundem com o da empresa.

Despesas e receitas devem ser contabilizadas quando efetivamente realizadas e não quando pagas ou recebidas. Exemplo: Venda a prazo em janeiro para receber em março. Embora não recebida esta venda é receita de Janeiro, mês da venda. Esse princípio da Competência ocorre na sua prática Contábil?



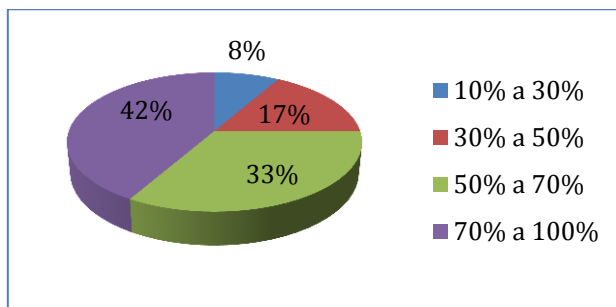
A maioria dos entrevistados respondeu que sim, mostrando que conhecem o princípio mencionado acima e sabem como utilizá-lo na elaboração da demonstração contábil.

Ainda não existe uniformidade internacional em relação aos princípios da contabilidade, de acordo com seus conhecimentos acha interessante essa unificação?



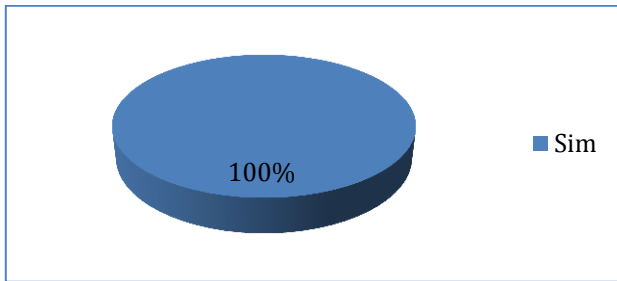
Nesse quesito, a maioria dos entrevistados tem interesse na unificação dos princípios, pois através da unificação tornasse mais fácil a análise, comparação e obtenção de dados.

Em que grau de porcentagem o Princípios da Contabilidade aprendidos nas Instituições de Ensino são aplicadas no seu dia a dia na Organização em que trabalha?



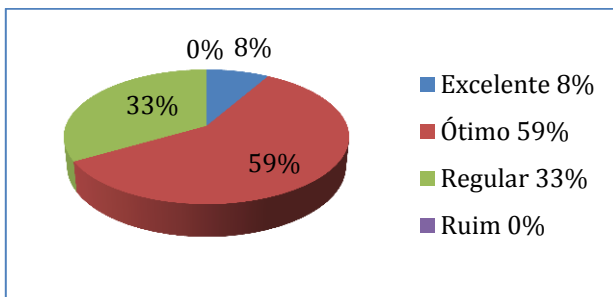
Nessa questão observamos que houve particularidade em cada entrevistado, levando em consideração que cada indivíduo elabora suas demonstrações de uma forma diferente, independentemente do seu grau de instrução.

Princípio da Oportunidade refere-se ao momento em que devem ser registradas as variações patrimoniais. Exemplo, as provisões para férias e 13º Salários são feitas mensalmente mesmo sendo despesas futuras. Você utiliza esse princípio na sua prática Contábil?



Nessa questão também houve unanimidade dos entrevistados, comprovando que todos fazem prática do princípio da oportunidade no exercício da sua profissão.

Como você conceitua os princípios de contabilidade:



A maioria dos entrevistados conceituaram os princípios como ótimo, mostrando que se adequam com o cotidiano do contabilista.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse trabalho foi de apresentar a importância dos profissionais de contabilidade utilizar dos princípios de contabilidade na elaboração das suas demonstrações contábeis

A contabilidade representa um instrumento que auxilia à administração da entidade a tomar decisões. Concluímos assim que os princípios contábeis são conceitos essenciais para um bom funcionamento na contabilidade. O princípio contábil é à base da profissão contábil, apresentando informações para uma estrutura adequada e padronizada, baseando suas doutrinas e teorias em princípios que devem ser seguidos pelas contabilidades. Os princípios contábeis precisam ser exercidos por todos que trabalham nessa área, pois para que o profissional tenha um bom desenvolvimento em sua atividade é fundamental que tenha ciência dos conceitos dos princípios contábeis,



para que assim possa a ver uma avaliação, um registro e uma mensuração com eficácia.

Os princípios contábeis também são resultados da aplicação prática da área contábil, permitindo a correta compreensão da elaboração das Demonstrações Contábeis.

A realização deste trabalho proporcionou em primeiro lugar a oportunidade de se ter maiores conhecimentos sobre o tema de pesquisa proposto, usando os conhecimentos teóricos desenvolvidos durante o curso que com certeza ajudarão para o crescimento profissional acadêmico.

Permanece aqui aberto o estudo para pesquisas futuras e como um referencial a todos os interessados em buscar novas formas de realizar um estudo semelhante a esse proposto.

## **REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS**

ALCANTARA, Alexandre da Silva. **Estrutura análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 3 ed. São Paulo: Atlas.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanços um Enfoque Econômico-Financeiro**. 8.ed. São Paulo. Atlas, 2006

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

\_\_\_\_\_ Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Publicada

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 188 da Independência e 121 da República.

BRIGHAM, E. F., GAPENSKI, L. C. e EHRHARDT, M. C. **Administração Financeira: teoria e prática**. São Paulo. Atlas, 2001

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 750, de 29 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade. Publicada no Diário Oficial da União de 31.12.1993.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 530, de 23 de Outubro de 1981. Dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Deliberação CVM n. 29/86. Brasília: CVM, 1986.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade**. 4.ed. São Paulo. Atlas, 2003.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade Básica**. 11 ed., Rio de Janeiro. 2014.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações Aplicáveis às Demais Sociedades**. 5 ed. São Paulo. Atlas, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. Tradução Antônio Zoratto Sanvicente. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo. Addison Wesley, 2004.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade Básica**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1993.

HERNANDEZ, J. P. J., BEGALLI G. A –**Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis**. 4 ed. São Paulo. Atlas, 2009.

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. **Princípios Contábeis**. Ed. Atualizada.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **A Contabilidade Introdutória**. 11 ed. São Paulo. Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. São Paulo. Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**, 7ª edição, São Paulo : ed. Atlas, 2004

IUDICIBUS, Sergio de. MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEMES, S.; Carvalho, L. N. **Contabilidade internacional para graduação Texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, Jose Carlos. **Normas e Práticas Contábeis**. 2 ed. São Paulo. Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, J.C. **Contabilidade empresarial**. 3.ed. São Paulo. Atlas, 1988.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 2 ed. São Paulo. Atlas, 1985.

MARTINS, Eliseu, GELBCKE E. R., SANTOS A., IUDICIBUS S. **Manual de Contabilidade Societária**. 2 ed. São Paulo. 2013.

OLIVEIRA, A.G.; MÜLLER, A.N.; NAKAMURA, W.T. **A Utilização das Informações Geradas pelo Sistema de Informação Contábil como Subsídio aos Processos Administrativos nas Pequenas Empresas**. Curitiba. 2000.

REIS, Heraldo da Costa. **Contabilidade e Gestão Governamental**. Rio de Janeiro, IBAM, 2004.

SÁ, Antônio Lopes. **Princípios Fundamentais da Contabilidade**. 2. ed., São Paulo. Atlas, 1995.

SÁ, Antônio Lopes. **Princípios Fundamentais de Contabilidade**. 3.ed. São Paulo. Atlas, 2000.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade: Orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

